



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 185, DE 2013

(Do Sr. Ricardo Izar e outros)

Recurso contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação sobre o Projeto de Lei nº 1068/2011.

DESPACHO:

PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Os Deputados abaixo assinados, com base no Art. 132, § 2º c/c os Art. 54, II; 58, § 1º e 144, do Regimento Interno, recorrem ao Plenário contra o parecer terminativo emitido pela Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 1068/2011, que “altera o § 1º do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, aumentando de 24 para 28 anos o limite de idade para inclusão de dependente universitário para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física”, discutido e votado nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição, conforme anúncio publicado no *Diário da Câmara dos Deputados*, Seção I, de 06 de fevereiro de 2013, pelas seguintes razões;

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei apresentado tem como o objetivo de aumentar de 24 para 28 anos o limite de idade para inclusão de estudante de curso superior como dependente para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física. A alteração da proposta busca adaptar a legislação tributária à realidade do ensino no país.

Tal projeto visa equilibrar o orçamento familiar do responsável contribuinte, que arca com os custos desses estudantes dependentes financeiramente até a conclusão do curso.

Nesse contexto é indispensável a implementação dessa medida de incentivo ao contribuinte para a continuidade dos estudos de milhares de brasileiros, que facilitará o ingresso e a permanência desses jovens no mercado trabalho.

Cabe salientar, que a comissão não realizou audiência pública alguma para que melhor fosse debatida a matéria, apesar da importância da proposição, podendo, nesse modo, constituir argumentações mais sólidas a respeito da matéria.

Neste interim, a matéria deve ser exaustivamente analisada e debatida pela composição plenária da casa, devida a sua complexidade e abrangência.

Assim, pelo alcance social da iniciativa, esperamos contar com o apoio para a aprovação deste recurso e uma melhor discursão em plenário desta matéria.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 2013.

RICARDO IZAR

Deputado Federal (PSD/SP)

Proposição: REC 0185/13

Autor da Proposição: RICARDO IZAR E OUTROS

Ementa: Recorre contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação sobre o Projeto de Lei nº 1068/2011.

Data de Apresentação: 28/02/2013

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 062
Não Conferem 000
Fora do Exercício 000
Repetidas 002
Ilegíveis 000
Retiradas 000
Total 064

Confirmadas

1 ACELINO POPÓ PRB BA
2 ALCEU MOREIRA PMDB RS
3 ALICE PORTUGAL PCdoB BA
4 ANDERSON FERREIRA PR PE
5 ARMANDO VERGÍLIO PSD GO
6 AROLDE DE OLIVEIRA PSD RJ
7 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL PR MG
8 BRUNA FURLAN PSDB SP
9 CÉSAR HALUM PSD TO
10 CHICO ALENCAR PSOL RJ

11 CIDA BORGHETTI PP PR
12 DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ PSD RS
13 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA
14 DR. LUIZ FERNANDO PSD AM
15 DR. PAULO CÉSAR PSD RJ
16 DR. UBIALI PSB SP
17 EDSON EZEQUIEL PMDB RJ
18 EDSON PIMENTA PSD BA
19 EDUARDO SCIARRA PSD PR
20 ELEUSES PAIVA PSD SP
21 ELIENE LIMA PSD MT
22 FÁBIO FARIA PSD RN
23 FÁBIO RAMALHO PV MG
24 FELIPE BORNIER PSD RJ
25 FERNANDO TORRES PSD BA
26 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA
27 FRANCISCO PRACIANO PT AM
28 FRANCISCO TENÓRIO PMN AL
29 GERALDO THADEU PSD MG
30 GLAUBER BRAGA PSB RJ
31 GUILHERME CAMPOS PSD SP
32 GUILHERME MUSSI PSD SP
33 HENRIQUE OLIVEIRA PR AM
34 IARA BERNARDI PT SP
35 IRACEMA PORTELLA PP PI
36 IRAJÁ ABREU PSD TO
37 JAQUELINE RORIZ PMN DF
38 JEFFERSON CAMPOS PSD SP
39 JUNJI ABE PSD SP
40 KEIKO OTA PSB SP
41 LAERCIO OLIVEIRA PR SE
42 LILIAM SÁ PSD RJ
43 LUIZ COUTO PT PB
44 MARCELO AGUIAR PSD SP
45 MARCOS MONTES PSD MG
46 MARGARIDA SALOMÃO PT MG
47 MENDONÇA FILHO DEM PE
48 MOREIRA MENDES PSD RO
49 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
50 NEWTON CARDOSO PMDB MG
51 NILSON LEITÃO PSDB MT
52 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
53 PAULO MAGALHÃES PSD BA
54 RAUL LIMA PSD RR
55 RICARDO IZAR PSD SP
56 ROBERTO SANTIAGO PSD SP
57 ROSANE FERREIRA PV PR

58 SÉRGIO BRITO PSD BA
 59 SILAS CÂMARA PSD AM
 60 WALTER IHOSHI PSD SP
 61 WALTER TOSTA PSD MG
 62 WEVERTON ROCHA PDT MA

PROJETO DE LEI N.º 1.068-A, DE 2011

(Do Sr. Ricardo Izar)

Altera o § 1º do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, aumentando de 24 para 28 anos o limite de idade para inclusão de dependente universitário para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária (relator: DEP. JOÃO DADO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
 CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIACÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer do Relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35.

.....

§ 1o Os dependentes a que se referem os incisos III e V deste artigo poderão ser assim considerados quando maiores até 24 anos de idade, se ainda estiverem cursando escola técnica de segundo grau, ou até 28 anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior.

.....” (NR)

Art. 2o Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos projeto de lei com o objetivo de aumentar de 24 para 28 anos o limite de idade para inclusão de estudante de curso superior como dependente para efeito de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física. A alteração que propomos busca adaptar a legislação tributária à realidade do ensino no nosso país.

Ainda se constata elevada distorção idade-série nas escolas brasileiras. O estudo “Juventude e Políticas Sociais no Brasil” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA aponta que, em 2006, aproximadamente 34% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos ainda freqüentavam o ensino fundamental. A persistência de elevada distorção idade série acarreta o aumento da idade média dos matriculados em cursos superiores. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE, a idade média dos matriculados no ensino superior aumentou de 25 anos em 1996 para 27 anos em 2002.

Nesse contexto e em vista da implementação de diversas medidas de incentivo à continuidade dos estudos de milhares de brasileiros, que, sem dúvida, facilitam o ingresso e a permanência desses jovens no mercado trabalho, este projeto de lei alivia a carga tributária dos contribuintes responsáveis por estudantes

universitários de até 28 anos. Seja por iniciarem cursos superiores mais tarde, seja por demorarem mais tempo para concluírem seus cursos, esses jovens continuam na dependência financeira de seus responsáveis. Estes, por sua vez, ao arcarem com despesas referentes a esses estudantes, veem a sua capacidade contributiva comprometida, especialmente os contribuintes dos estratos econômicos mais baixos.

Assim, pelo alcance social da iniciativa, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2011.

Deputado RICARDO IZAR

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

LEI Nº 9.250 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a Legislação do Imposto de Renda das
Pessoas Físicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Para efeito do disposto nos arts. 4º, inciso III, e 8, inciso II, alínea c, poderão ser considerados como dependentes:

- I - o cônjuge;
- II - o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de cinco anos, ou por período menor se da união resultou filho;
- III - a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até 21 anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- IV - o menor pobre, até 21 anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;

V - o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

VI - os pais, os avós ou os bisavós, desde que não auferam rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal;

VII - o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.

§ 1º Os dependentes a que se referem os incisos III e V deste artigo poderão ser assim considerados quando maiores até 24 anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.

§ 2º Os dependentes comuns poderão, opcionalmente, ser considerados por qualquer um dos cônjuges;

§ 3º No caso de filhos de pais separados, poderão ser considerados dependentes os que ficarem sob a guarda do contribuinte, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.

§ 4º É vedada a dedução concomitante do montante referente a um mesmo dependente, na determinação da base de cálculo do imposto, por mais de um contribuinte.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. O contribuinte que no ano-calendário de 1995 tiver auferido rendimentos tributáveis até o limite de R\$ 21.458,00 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) poderá optar pelo regime de tributação simplificada de que trata o art. 10.

.....

.....

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.068, de 2011, de autoria do nobre Deputado Ricardo Izar, propõe o aumento da idade máxima do dependente estudante, admitido na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF, para 28 (vinte e oito) anos no caso do matriculado em instituição de ensino superior, mantendo a atual idade máxima de 24 (vinte e quatro) anos no caso do matriculado em escola técnica de ensino médio.

O feito vem a esta Comissão, na forma regimental, para verificação prévia da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, e eventual apreciação de seu mérito, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

2. VOTO

Cabe a esta Comissão, previamente ao exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as normas pertinentes à receita e despesa públicas, nos termos do Regimento Interno da

Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, “h” e 53, II) e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada em 29 de maio de 1996.

A Lei Complementar Nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF em seu art. 14 exige estar à proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a produção de seus efeitos e nos dois seguintes, assim como sua compatibilidade com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e o atendimento de pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita tributária, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, o benefício só podendo entrar em vigor quando implementadas as medidas referidas.

Outrossim, a LDO para 2012, Lei Nº 12.465/2011, nos arts. 88 e 89 estabelece que a proposição cuja aprovação acarrete qualquer diminuição de receita, configurando ou não renúncia de receita nos termos do art. 14 da LRF, só poderá ser aprovada se tal redução for estimada e necessariamente compensada.

Em que pese as nobres intenções do autor, o Projeto não se apresenta em conformidade com os preceitos orçamentários e financeiros acima apontados. Com efeito, a admissão de dependente estudante de nível superior com qualquer idade superior aos atuais 24 (vinte e quatro) anos, na apuração da base de cálculo do IRPF, acarreta evidente renúncia de receitas tributárias federais. Portanto, a Proposta deveria estar instruída com estimativa de tal renúncia e oferecer medida compensatória que a torne fiscalmente neutra, condições essas que não foram preenchidas, em desatendimento das mencionadas normas orçamentárias e financeiras. Destarte, malgrado os nobres propósitos que nortearam a sua elaboração, a proposição em análise não pode ser considerada adequada e compatível sob a ótica mais restrita da adequação orçamentária e financeira. Ademais, fica também prejudicado seu exame quanto ao mérito nesta Comissão de Finanças e Tributação, conforme o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT.

Pelo exposto, voto pela **INCOMPATIBILIDADE E INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO DE LEI Nº 1.068, DE 2011**, ficando, assim, prejudicada a apreciação de seu mérito.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado João Dado
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.068/11, nos termos do parecer do Relator, Deputado João Dado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antônio Andrade - Presidente, Lucio Vieira Lima e Assis Carvalho - Vice-Presidentes, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alfredo Kaefer, Andre Vargas, Cláudio Puty, Fernando Coelho Filho, Guilherme Campos, João Dado, João Magalhães, José Guimarães, Júlio Cesar, Manato, Osmar Júnior, Pedro Eugênio, Toninho Pinheiro, Andre Moura, Carmen Zanotto, Celso Maldaner, Eduardo Cunha, Jairo Ataíde, Jerônimo Goergen, João Maia, Jose Stédile, Leonardo Gadelha, Luciano Castro e Nelson Marchezan Junior.

Sala da Comissão, em 19 de dezembro de 2012.

Deputado ANTÔNIO ANDRADE
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
